

FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

BRENDA YANI DE SOUZA OLIVEIRA

MARIANA MEDINA FERREIRA

**ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DE CARATINGA NOS ANOS DE 2016 E 2017**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARATINGA-MG

2019

FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

BRENDA YANI DE SOUZA OLIVEIRA

MARIANA MEDINA FERREIRA

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CARATINGA NOS ANOS DE 2016 E 2017

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Doctum de Caratinga como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora Aucione Aparecida Barros Guimarães.

CARATINGA-MG


2019


TERMO DE APROVAÇÃO

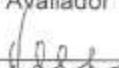
O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CARATINGA NOS ANOS DE 2016 E 2017, elaborado pelo(s) aluno(s) BRENDA YANI DE SOUZA OLIVEIRA e MARIANA MEDINA FERREIRA foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS das FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Caratinga 08/07/2019


Alcione Aparecida Barros Guimarães
Prof. Orientador


Gisely Xavier da Silva
Prof. Avaliador 1


Luciano de Souza Lucas
Prof. Examinador 2

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho acadêmico às pessoas que me sempre me incentivaram a lutar para alcançar os meus objetivos; em especial aos meus pais que tanto me incentivaram para que eu atingisse meus propósitos educacionais, minha irmã, meu namorado, e aos meus amigos pelo incentivo e apoio incondicional. E não deixando de dedicar a todos os professores, de forma grata e grandiosa!

Brenda Yani De Souza Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que até aqui tem demonstrado seu grande amor comigo, através de suas bênçãos maravilhosas nesta longa caminhada. Aos meus pais, que sempre me incentivaram e apoiaram para que eu atingisse meus objetivos. Ao meu irmão e meu namorado pelo incentivo e força. Gratidão por tudo!

Mariana Medina Ferreira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Aos meus pais, José do Carmo de Oliveira e Sandra de Souza Augusto de Oliveira, minha irmã Kaylaine e ao meu namorado Vinício, a todos da minha família e aos meus amigos pelo incentivo e apoio incondicional.

Agradeço aos meus queridos mestres que se dedicaram a ensinar e compartilhar todo o seu conhecimento. Um agradecimento especial à professora Aucione Guimarães, que fez toda a diferença na orientação da minha monografia e que sempre esteve presente na minha formação acadêmica!

E claro, que não poderia deixar de agradecer a minha amiga, irmã gêmea, minha dupla: Mariana Medina, que sempre esteve comigo, me apoiando, me dando conselhos, chorando e rindo comigo! Muito obrigada, amiga.

E a todos que direta ou indiretamente fazem parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Brenda Yani De Souza Oliveira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é fonte de toda minha sabedoria, que me proporcionou energia e saúde para que conseguisse concluir mais essa etapa.

Sou grata aos meus pais, Paulo e Elisabete, pelo amor incondicional, e palavras de incentivo, estando sempre ao meu lado em todos os momentos.

Ao meu irmão Wémerson, por ser tão companheiro e amoroso e por todo apoio ao longo de toda essa caminhada.

Ao meu namorado, João Marcos, que jamais me negou apoio, carinho e incentivo, e por compreender minha ausência pelo tempo dedicado aos estudos.

Agradeço especialmente à minha orientadora Aucione, que me deu todo o suporte com suas correções e incentivos, que não mediu esforços e contribuiu muito para a realização dessa pesquisa.

A minha amiga e parceira nesse trabalho, Brenda Yani, por me manter firme e ser capaz de realizar esse trabalho.

E por fim, agradeço a todos meus familiares e amigos que me apoiam e incentivam a cada dia, para que eu possa ser melhor e crescer intelectualmente.

Mariana Medina Ferreira

“A persistência é o caminho do êxito.”

Charles Chaplin

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar se existe correlação entre os índices de solvência e endividamento para com os partidos políticos que estiveram no poder nos anos de 2016 e 2017, dos dez maiores municípios em nível populacional da microrregião de Caratinga, ou seja, se o cenário das finanças públicas nos anos em questão tem alguma correlação relevante ou se apresentam uma influência política de um determinado partido ou de outro para melhor ou pior índice. Teve como método o caráter descritivo, abordagem de pesquisa quantitativa e pesquisa bibliográfica, sendo utilizados artigos, livros e leis, bem como o devido portal da transparência, de onde foram coletados os dados para calcular os índices. Com os dados coletados, aplicaram-se as fórmulas para apresentar os devidos resultados. Deste modo, infere-se que os resultados indicaram uma baixa correlação entre as variáveis, o que não nos permite afirmar que os índices bons ou ruins estão relacionados com a gestão política de cada partido, ou seja, não é possível afirmar que os partidos políticos tiveram uma influência negativa ou positiva na análise patrimonial.

Palavras-chave: Municípios; análise; solvência e endividamento.

ABSTRACT

The present study had as objective to analyze if there is a correlation between the solvency and indebtedness indexes with the political parties that were in power in the years 2016 and 2017, of the ten largest municipalities in the population level of the Caratinga microregion, that is, if the public finances in the years in question has any relevant correlation or if they present a political influence of one party or another for a better or worse index. The method used was the descriptive character, quantitative research approach and bibliographical research, using articles, books and laws, as well as the transparency portal, from which data were collected to calculate the indices. With the data collected, the formulas were applied to present the appropriate results. In this way, it is inferred that the results indicated a low correlation between the variables, which does not allow us to affirm that the good or bad indexes are related to the political management of each party, that is, it is not possible to affirm that the political parties had a negative or positive influence on the equity analysis.

Keywords: Municipalities; analyze; solvency and indebtedness.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	17
2.1. Administração Pública	17
2.2. Insolvência	18
2.3. Endividamento.....	19
2.4. Transparência	19
2.5. Lei da Responsabilidade Fiscal.....	21
3. METODOLOGIA	23
4. ANÁLISES E RESULTADOS	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. ICE - Índice de Composição do Endividamento	26
Quadro 2. IET - Índice do Endividamento Total.....	27
Quadro 3. ILC - Índice de Liquidez Corrente	27
Quadro 4. ILG - Índice de Liquidez Geral	28
Quadro 5. Partidos que Estiveram no Poder nos Anos de 2016 e 2017	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. ILG - Índice de Liquidez Geral	31
Gráfico 2. IET - Índice do Endividamento Total	32

LISTA DE ABREVIATURAS

AC - Ativo Circulante

AT - Ativo Total

CE - Composição do Endividamento

DEM - Democratas

ELP - Exigível a Longo Prazo

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FNP - Frente Nacional e Prefeito

ICE - Índice Composição do Endividamento

IET - Índice de Endividamento Total

IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal

ILC - Índice de Liquidez Corrente

ILG - Índice de Liquidez Geral

LAI - Lei de Acesso à Informação

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

PC - Passivo Circulante

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PPS - Partido Popular Socialista

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RLP - Realizável a Longo Prazo

1. INTRODUÇÃO

Observa-se que o Brasil vem atravessando nos últimos tempos um momento de crise econômica, que está afetando cada canto do país, e com o estado de Minas Gerais e seus municípios não está sendo diferente.

Segundo Amaral (2017), o Estado de Minas possui a maioria das prefeituras do país em estado de calamidade financeira, onde um levantamento da Frente Nacional e Prefeito (FNP) revela que dos 22 (vinte e dois) municípios brasileiros que decretaram estado de calamidade financeira entre 2015 e 2017, 21 (vinte e um) estão localizados no estado de Minas Gerais. A insolvência desses municípios diz respeito à dívidas acumuladas ao longo de várias gestões e, também, à crise econômica acirrada dos últimos dois anos.

O objetivo do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) é analisar a qualidade da gestão fiscal dos municípios brasileiros e fornecer informações que auxiliem os gestores públicos na decisão de alocação dos recursos. Este índice é composto pelos indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. O índice varia de 0 a 1.

Sendo que, quanto maior a pontuação, melhor a situação fiscal do município. Cada um deles é classificado com conceitos A (Gestão de Excelência, com resultados superiores a 0,8 ponto); B (Boa gestão, entre 0,6 e 0,8 ponto); C (Gestão em Dificuldade, entre 0,4 e 0,6 ponto); ou D (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 ponto).

Dessa maneira, é possível notar que os municípios podem passar por períodos de insolvência, deixando as necessidades da população em momentos delicados, ou seja, comprometendo o repasse para saúde, educação, segurança e outros.

Baseando-se nesse contexto, torna-se indispensável compreender as estruturas de arrecadação, liquidez e endividamento dos dez maiores municípios em nível populacional da microrregião de Caratinga. O intuito disso é realizar uma análise contábil para fornecer informações precisas e de bom proveito para a população em relação a esses quesitos, juntamente com o grau de solvência destes municípios, aliados aos partidos políticos que governam cada um, observando o proveito de cada partido no ano em que governou.

Entende-se que uma má gestão e o desequilíbrio na disposição das receitas no país levam os municípios a uma situação de caos, deixando assim áreas essenciais, como a saúde, educação e segurança, em estado de calamidade, podendo entrar frequentemente em um ciclo de grande endividamento.

Diante do exposto, surge a seguinte questão: Qual a correlação dos índices de solvência e endividamento em relação aos comandos partidários?

Tal questionamento tem como principal objetivo analisar se o índice de solvência e grau de endividamento tem correlação com partido do governo de cada município, gerando influência negativa ou positiva na análise patrimonial, bem como:

- Verificar os balanços patrimoniais, a partir dos referidos portais de transparência;
- Analisar solvência e o grau de endividamento dos partidos que estiveram no poder dos municípios nos anos de 2016 e 2017;
- Averiguar se aplicabilidade utilizada está dentro da legislação pertinente.

Desse modo, a hipótese gira em torno da estrutura de uma base analítica, verificando se existe correlação entre o índice de solvência, de grau de endividamento e seus partidos políticos, para inferir se a gestão de cada partido tem influência negativa ou positiva na análise patrimonial de cada município.

Para o desenvolvimento do presente estudo, foi utilizado o método de abordagem de pesquisa quantitativa. Tem como método o caráter descritivo. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, sendo utilizados artigos, livros e leis.

2. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

2.1. Administração Pública

Granjeiro (2002, p. 13) define a Administração Pública como arte ou ciência, a depender do significado e da ênfase que se possa dar a esses termos.

Para Figueiredo; Santos (2013), atualmente a Administração Pública tem sido centro de polêmicas quando se diz respeito à transparência de suas condutas. E quando falamos disso no âmbito de países democráticos, a falta de transparência se torna extremamente questionável pela sociedade, assim implicando na falta de credibilidade da gestão que esteja governando naquele período.

Cunha (2014, p. 01) diz que a Administração Pública tem um sentido particular, imaterial, no que diz respeito ao Estado, sendo um conjunto de órgãos e entidades que tem o principal objetivo de proceder às atividades administrativas, a fim de atender as metas do Estado. O autor ainda diz que a Administração Pública, por outro lado, tem sentido material, objetivo, onde o Estado é administrado, sendo demonstrado o exercício da atividade administrativa pelos entes.

Para Santos, (2015, p. 1), a Administração Pública é a forma como o Estado é representado, onde este é encarregado de desenvolver atividades, com o intuito de alcançar o bem coletivo e comum através do planejamento, organização, direção e controle de todos os procedimentos administrativos, com a finalidade de atender todas as necessidades da população.

Desse modo, de acordo com Gonçalves e Varella (2018, p. 514), na atualidade uma das maiores adversidades da Administração Pública é tentar satisfazer às regras de transparência e publicidade exigidas pela chamada Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) bem como, ao mesmo tempo, respeitar as necessárias limitações quanto à idoneidade da informação no caso de grandes bases de dados que possuem informações delicadas.

Assim, para Jesus e Estender (2018, p. 61), a Administração Pública brasileira tem se mostrado com certa carência em seu desempenho. Em todos os seus setores é notória a falta de aprimoramento da gestão, onde as atividades são desempenhadas de forma inadequadas ou insatisfatórias trazendo consequências

negativas, impactando no gerenciamento das contas públicas e, devido a isso, acaba que a entrega de serviços de qualidade para a sociedade é afetado.

Os autores ainda afirmam que uma boa gestão pública normalmente apresenta características como transparência, equidade, comportamento ético, sustentabilidade e engajamento dos *stakeholders*, devido a isso são substanciais uma governança voltada para a eficiência, economicidade e efetividade.

2.2. Insolvência

De acordo com Morris (1998), os paradigmas de previsão de insolvência devem ser fundamentados nos seus sintomas e não nas suas causas.

Múnoz (2001) diz que são as medidas políticas e as condições econômicas que influenciam na situação de solvência ou insolvência.

Gitman (2004) afirma que quando a empresa é incapaz de pagar suas obrigações, honrando a data de seu vencimento, ocorre o que chamamos de insolvência.

Para Nunes (2012), insolvência, nos últimos tempos, é indubitavelmente uma das palavras mais lidas e ouvidas. É um fenômeno em ascensão e que prejudica severamente a economia de um país.

Segundo Simonassi, Arraes, Menezes e Araujo (2012, p. 07), a sustentação da dívida de uma economia é dependente do comportamento do resultado orçamentário e da dívida pública. Com o resultado negativo, esse favorece o estoque de dívida, onde esses, associados aos resultados orçamentários e primários, causam aumento do passivo real e mostram-se, principalmente para as prefeituras, uma condição de insolvência.

De acordo com Requião (2014, p.28), o estado de insolvência ocorre quando é encontrado sintomas de falência, resultantes de má administração.

Para Guimarães e Moreira (2018), na visão jurídica, insolvência é uma conjuntura onde o ativo do devedor não é suficiente para fazer frente ao passivo, ou seja, é quando o passivo passa por um superávit em relação ao seu ativo.

2.3. Endividamento

Pereira (2002) afirma que o endividamento público advém da condição do ente público realizar despesas superiores às suas receitas. Esse desarranjo entre receitas e despesas é concebível de duas condições: a emissão de dinheiro para fazer frente às despesas ou a concessão de crédito. O endividamento é uma das formas de financiamento desse desarranjo.

Já Silva e Sousa (2002, p. 20), dizem que são três motivos para explicar a evolução do endividamento: a dependência de recursos transferidos pelo Governo Federal, a estrutura de gastos desses governos e a importância econômica do Estado.

Conforme Silva e Sousa (2002, p. 3), o endividamento dos Estados e Municípios teve a primeira crise após o adiamento da dívida externa mexicana em 1982, onde houve uma redução do fluxo de capital externo para o país. Os Estados Brasileiros deixaram de honrar seus compromissos externos, conseqüentemente o Governo Federal pagou as dívidas estaduais e municipais, tido em conta que o Tesouro Nacional era garantidor dessas operações.

Segundo Versiani (2003, p. 8), os acordos de refinanciamento de Estados e Municípios, o reconhecimento e contabilização dos passivos contingentes e o programa de fortalecimento dos bancos federais foram os três componentes que impactaram significativamente no aumento do endividamento do Governo Federal.

O endividamento dos Estados e Municípios Brasileiros tem algumas interpretações, uma delas é citada por Lopreato (2000, p.9), como sendo resultante da autonomia dos governantes de usar a articulação financeira entre o Tesouro, os bancos estaduais e as empresas, afim da captação de recursos.

2.4. Transparência

Bellverre e Kaufmann (2005, p. 02) defendem que a transparência é relevante, pois além de aumentar a eficiência na destinação dos recursos, ela ainda contribui para que haja garantia da verdadeira distribuição dos benefícios, onde estes não sejam desviados. Eles ainda afirmam que esse acesso à transparência e informação

pode ser considerado, nas sociedades democráticas, como um dos direitos humanos fundamentais.

Segundo Silva (2009, p. 10):

A transparência tem como objetivo garantir a todos os cidadãos, individualmente, por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores, quando prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e divulgação de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas.

Segundo Searson e Johson (2010), para o fortalecimento da democracia é de extrema importância o acesso às informações públicas através da transparência, pois o mesmo representa um direito básico do cidadão.

Para Guadagnin (2011, p. 05), a transparência pública é a base da gestão fiscal pública, é relativa ao princípio constitucional da publicidade e seu estímulo é um dos principais objetivos da Administração Pública moderna. A consolidação da democracia e o desenvolvimento de noções da cidadania surgem a partir da divulgação de ações governamentais à população.

Cruz, Ferreira, Silva e Macedo(2012) afirmam que a questão da transparência na Administração Pública manifestou-se na Inglaterra há pouco mais de meio século, com o início da aplicação dos princípios da Administração Pública Gerencial, porém somente no final do século XX esse assunto obteve destaque no meio governamental.

Para Cruz et al. (2012), a transparência das informações, por se tratar de recursos públicos, necessitam apresentar, indiscriminadamente, as diversas práticas desempenhada pelos gestores públicos, sendo, dessa maneira, uma prestação de contas do poder de representação que lhes foi concedido, constituindo um ato de responsabilidade denominado de *accountability*.

Bolívar, Munoz e Hernandez (2013) explicam que o objetivo de se conseguir uma melhora na transparência, a fim de amenizar a corrupção, tem sido o foco de uma vasta literatura. Enfatizam que ao dificultar a corrupção, a transparência acarreta um melhor cenário para o crescimento econômico, o desenvolvimento e a eficiência, sendo, assim, um meio de melhorar a governança.

Figueiredo e Santos (2013) ressaltam que, no Brasil, a Lei de Acesso à Informação - nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, veio para tornar as

informações sobre a destinação dos recursos públicos mais acessíveis e claras para os cidadãos. O acesso a essas informações facilita a identificação de fraudes, que causam tantos danos ao crescimento do país.

Medeiros, Magalhães e Pereira (2013) dizem que a transparência possibilita o combate à corrupção e demais irregularidades no setor público, uma vez que, através dela, se vê a necessidade em se viabilizar a prestação de contas do Governo, se transformando assim em uma ferramenta fundamental para o incentivo da boa governança.

Para Beuren e Almeida-Santos (2013), o estímulo da transparência no setor público surge a partir do momento em que as pessoas participam e fiscalizam a gestão, cobrando por serviços com maior qualidade. “Quando a administração pública incentiva a participação dos cidadãos, sente-se mais pressionada e, assim, tendem a ter um governo mais transparente e, como resultado, a imagem da gestão melhora.”

Ribeiro e Zuccolotto(2014) definem transparência como o fluxo contínuo de informações fidedignas de natureza econômica, social, fiscal e política que são disponibilizadas a todos os cidadãos.

Para Gama e Rodrigues (2016), a transparência e o acesso às informações públicas são os principais suportes para ter um governo acessível à participação social.

2.5. Lei da Responsabilidade Fiscal

A origem da LRF no Brasil decorre da previsão expressa contida no artigo 163 da Constituição Federal:

Lei Complementar disporá sobre:
I finanças públicas;
II dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;
III concessão de garantias pelas entidades públicas;
IV emissão e resgate de títulos da dívida pública;
V fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;
VI operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
VII compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

No dia 4 de maio de 2000 entrou em vigor a Lei Complementar nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Gerigk e Clemente (2011, p. 70) esclarecem que a LRF trouxe para Administração Pública o conceito de ordem de gestão fiscal, o equilíbrio das contas públicas, adverte uma ação planejada e transparente, a prevenção dos riscos, o cumprimento de metas e resultados, além dos limites de gastos com o pessoal.

Motta (2002) diz que a LRF surgiu para estabelecer normas de finanças públicas visando a responsabilidade na gestão fiscal, prezando por eficiência na gestão pública brasileira e o equilíbrio fiscal das contas públicas. Proporcionando um avanço importante em termos econômicos e sociais, delegando uma concentração de esforços de todos os envolvidos na gestão da coisa pública.

Para Nascimento (2006) a LRF propiciou um reforço na administração da dívida pública, expandindo as premissas do Plano Real a todas as áreas do governo. Mediante o equilíbrio das contas públicas, Estados e Municípios, juntamente com o Governo, foram inclusos em um programa de desenvolvimento autossustentável, o que requer gastar apenas o que as receitas reconhecem.

Luque (2004) diz que a LRF é fundamental, visto que a noção básica de uma atuação apropriada perante o setor público referente ao desempenho de suas funções suscita as finanças públicas congruentemente administradas.

Chieza (2008, p. 51-52) declara, como está previsto no caput do artigo 1º da Lei nº 101, que o principal objetivo da LRF fundamenta-se nas normas de finanças públicas direcionada para a responsabilidade na gestão fiscal.

Já Rosa (2009, p. 50) afirma que a LRF tem como objetivo exordial retificar o rumo da Administração Pública seja no âmbito Municipal, Estadual ou Federal, bem como reduzir os gastos às receitas, aderindo às técnicas de planejamento governamental e a transparência das ações do governo quanto à população, resultado aos gestores públicos serem responsáveis de suas funções e sujeitos a sanções.

3. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, sendo utilizados artigos, livros e leis.

Segundo Gil (2010, p. 29), a pesquisa bibliográfica é realizada se baseando em material já publicado. Tipicamente, esse gênero de pesquisa compreende material impresso, como, livros, revistas, jornais, teses e dissertações e anais de eventos científicos, bem como os novos formatos de informações, discos, fitas magnéticas, CDs, e também material disponibilizado na internet. O autor ainda afirma que esse tipo de pesquisa é desenvolvido com o objetivo proporcionar fundamentação teórica para o trabalho, assim como reconhecimento da fase atual do conhecimento que se refere o tema.

O trabalho apresenta como método o caráter descritivo, onde o intuito é fornecer uma análise transparente da solvência e do endividamento dos municípios analisados, tentando buscar uma correlação destes dados com o partido que esteja governando neste período.

Conforme Triviños (1987 p. 112), a pesquisa descritiva exige do investigador diversas informações sobre o que pretende pesquisar. Esse tipo de estudo tenciona descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Vergara (2000, p. 47) justifica que a pesquisa descritiva determina correlações entre variáveis e define sua natureza e apresenta as características de determinada população ou fenômeno.

A abordagem de pesquisa utilizada é a quantitativa, apoiando-se em técnicas de coleta de dados através do portal da transparência de 10 maiores municípios em nível populacional localizados na microrregião de Caratinga, sendo estes: Caratinga, Inhapim, Bom Jesus do Galho, Ipaba, Tarumirim, Ubaporanga, Iapu, São João do Oriente, Santa Bárbara do Leste e Piedade de Caratinga.

De acordo com Fonseca (2002, p. 20), a pesquisa quantitativa se centra na objetividade, influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

Para Malhotra (2001, p.155), a pesquisa quantitativa procura estimar os dados e emprega alguma forma da análise estatística gerando resultados.

Os índices utilizados pelas empresas para saber se utilizam mais recursos de terceiros ou recursos próprios são os indicadores de endividamento. Com tal informação a empresa sabe se os recursos de terceiros têm seu vencimento em maior parte a Curto Prazo (Circulante) ou a Longo Prazo (Exigível a Longo Prazo).

Segundo Matarazzo (2003, p. 163-167), a Composição do Endividamento (CE) indica quanto da dívida total vence no curto prazo, com a seguinte fórmula:

$$ICE = \frac{PC}{PC + ELP}$$

Uma vez que o endividamento geral corresponde ao endividamento total da empresa em relação ao seu ativo total. Significa que o quanto do ativo total está sendo comprometido com dívidas. Sua fórmula é:

$$IET = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Ainda de acordo com Matarazzo (2003, p. 147), o índice de liquidez é “a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”. São índices que, ao ser confrontado ativos com passivos, serão como medida à base financeira da empresa. Contudo, a empresa com bons índices de liquidez será capaz de pagar suas dívidas. O Índice de Liquidez Corrente é obtido através da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Quanto maior o valor do índice de Liquidez Corrente mais a empresa é considerada líquida. Um índice de Liquidez Corrente igual a 2 é aceitável, sabendo que dependerá do valor do setor no qual a empresa atua.

Já com relação ao índice de Liquidez Geral, Matarazzo define como o índice que indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total. Pode ser encontrado através da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

4. ANÁLISES E RESULTADOS

O presente trabalho apresenta a análise realizada quanto ao grau de endividamento e liquidez dos dez maiores municípios em nível populacional da microrregião de Caratinga.

Quadro 1. ICE - Índice de Composição do Endividamento

MUNICÍPIOS	2016	2017
CARATINGA	0,1054	0,1146
INHAPIM	0,4859	0,6355
BOM JESUS DO GALHO	0,3807	0,1035
IPABA	0,4968	0,6171
TARUMIRIM	0,5209	0,7880
UBAPORANGA	0,1620	0,5770
IAPU	0,4793	0,5050
SÃO JOÃO DO ORIENTE	0,9538	0,9557
SANTA BARBÁRA DO LESTE	0,1460	0,3320
PIEDADE DE CARATINGA	0,5083	0,9923

Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstrado no Quadro acima, os municípios analisados apresentaram uma deficiência financeira para cumprir os pagamentos de suas dívidas em curto prazo, apresentando em 2016 uma oscilação de 0,1054 a 0,9538, demonstrando que o município com pior capacidade de honrar suas dívidas de curto prazo foi o município de Caratinga, e o com maior capacidade o município de São João do Oriente.

Em relação ao ano de 2017, nota-se que o município que apresentou maior capacidade de honrar suas dívidas de curto prazo foi o município de Piedade de Caratinga, no qual seu ICE foi de 0,9923, e o com menor capacidade o município de Bom Jesus do Galho apresentando um índice de 0,1035.

Quadro 2. IET - Índice do Endividamento Total

MUNICÍPIOS	2016	2017
CARATINGA	0,9920	0,6622
INHAPIM	0,1089	0,1251
BOM JESUS DO GALHO	1,3292	0,1897
IPABA	0,3505	0,3349
TARUMIRIM	0,0672	0,2575
UBAPORANGA	0,1736	0,2967
IAPU	0,3756	0,3109
SÃO JOÃO DO ORIENTE	0,1590	0,2238
SANTA BARBÁRA DO LESTE	0,1077	0,2371
PIEDADE DE CARATINGA	0,0228	0,1673

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se no Quadro 2 quanto do Ativo Total está sendo comprometido com dívidas dos municípios analisados, apresentando em 2016 uma oscilação de 0,0228a 1,3292, sendo que o município de Piedade de Caratinga apresenta que o seu Ativo Total está comprometido para pagar suas dívidas, entretanto o município de Bom Jesus do Galho não está comprometendo o seu Ativo Total.

Já em relação ao ano de 2017, constata-se que o município que apresentou maior comprometimento do seu ativo total para pagar as suas dívidas foi o município de Caratinga, no qual seu IET foi de 0,6622, e o com menor comprometimento o município de Inhapim apresentando um índice de 0,1251.

Quadro 3. ILC - Índice de Liquidez Corrente

MUNICÍPIOS	2016	2017
CARATINGA	2,8142	4,6479
INHAPIM	1,7410	0,7519
BOM JESUS DO GALHO	1,5804	8,2410
IPABA	0,5209	0,5658
TARUMIRIM	4,2218	0,4707
UBAPORANGA	2,2990	0,5645
IAPU	0,9879	1,3322
SÃO JOÃO DO ORIENTE	2,8335	2,1731
SANTA BARBÁRA DO LESTE	7,2437	2,3874
PIEDADE DE CARATINGA	11,9212	0,8773

Fonte: Elaboração própria.

Identifica-se no Quadro 3 que os municípios apresentaram uma capacidade financeira para cumprir os pagamentos de suas dívidas, demonstrando em 2016 uma oscilação de 0,5209 a 11,9212, constatando que o município com pior capacidade de cumprir os pagamentos de suas dívidas foi o município de Ipaba e com maior capacidade o município de Piedade de Caratinga.

Em relação ao ano de 2017, vê-se que o município que apresentou maior capacidade de cumprir os pagamentos de suas dívidas foi o município de Bom Jesus do Galho, no qual seu ILC foi de 8,2410, e o com menor capacidade o município de Tarumirim, com um índice de 0,4707.

Quadro 4. ILG - Índice de Liquidez Geral

MUNICÍPIOS	2016	2017
CARATINGA	5,4936	0,8372
INHAPIM	1,1548	0,7319
BOM JESUS DO GALHO	0,6567	1,7494
IPABA	0,4810	0,5860
TARUMIRIM	2,5314	0,4775
UBAPORANGA	0,5733	0,5057
IAPU	0,5147	0,7119
SÃO JOÃO DO ORIENTE	3,0161	2,3002
SANTA BARBÁRA DO LESTE	1,3805	0,9211
PIEDADE DE CARATINGA	9,4060	1,3158

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se no Quadro 4 os municípios que apresentaram uma incapacidade financeira para cumprir os pagamentos de suas dívidas, apresentando em 2016 uma oscilação de 0,4810 a 9,4060, apontando que permanecendo o município com pior capacidade de cumprir os pagamentos de suas dívida só município de Ipaba, e o com maior capacidade o município de Piedade de Caratinga.

Quanto ao ano de 2017, nota-se que o município que apresentou maior capacidade de cumprir os pagamentos de suas dívidas foi o município de São João do Oriente, no qual seu ILG foi de 2,3002, e o com menor capacidade o município de Tarumirim, com um índice de 0,4775.

Quadro 5. Partidos que Estiveram no Poder nos Anos de 2016 e 2017

MUNICÍPIOS	2016	2017
BOM JESUS DO GALHO	DEM	PP
CARATINGA	PTB	DEM
IAPU	PSDB	PSDB
INHAPIM	DEM	PMDB
IPABA	PDT	PMDB
PIEDADE DE CARATINGA	DEM	PMDB
SANTA BARBÁRA DO LESTE	PT	PP
SÃO JOÃO DO ORIENTE	PMDB	PMDB
TARUMIRIM	PT	DEM
UBAPORANGA	PT	PPS

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro acima mostra os municípios, bem como os partidos que estiveram no poder nos anos analisados na presente pesquisa. Sendo esses anos o último ano de um mandato (2016) e o primeiro de outro mandato (2017).

Nota-se que somente no município de Iapu houve reeleição, onde o mesmo manteve no poder o partido PSDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Percebe-se que em 2016, conforme demonstrado no Quadro 1, o município com pior capacidade de honrar suas dívidas de curto prazo foi o município de Caratinga, que de acordo com o Quadro 5 foi governado pelo PTB, e o com maior capacidade o município de São João do Oriente, governado pelo PMDB.

Já em 2017, o município que apresentou maior capacidade de honrar suas dívidas de curto prazo foi o município de Piedade de Caratinga, governado pelo PMDB, e o com menor capacidade o município de Bom Jesus do Galho, governado pelo PP.

Assim sendo, observou-se que o partido do PMDB estava à frente do governo dos dois municípios que apresentaram maior capacidade de honrar suas dívidas de curto prazo nos dois anos analisados.

Em relação ao IET, observa-se que em 2016 o município Piedade de Caratinga, governando pelo partido DEM, apresentou o maior comprometimento do seu Ativo Total para pagar suas dívidas e o município de Bom Jesus do Galho, que também era governado pelo partido DEM, não comprometeu seu Ativo Total.

Ainda analisando o IET, porém no ano de 2017, constata-se que o município que apresentou maior comprometimento do seu ativo total para pagar suas dívidas foi o município de Caratinga, no qual era governado pelo DEM, e o com menor comprometimento o município de Inhapim, esse governado pelo partido PMDB.

Desse modo, percebe-se que o partido do DEM estava à frente do governo dos dois municípios que apresentaram maior comprometimento do Ativo Total para pagar suas dívidas nos anos de 2016 e 2017, mas que também administrava em 2016 o que apresentou a pior situação.

No que se refere ao ILC, observa-se que no ano de 2016 o município com pior capacidade de cumprir os pagamentos de suas dívidas foi o município de Ipaba, governado pelo PDT, e o com maior capacidade o município de Piedade de Caratinga, que era governado pelo DEM.

Já no ano de 2017, o município que apresentou maior capacidade de cumprir os pagamentos de suas dívidas foi o município de Bom Jesus do Galho, no qual era governado pelo partido PP, e o com menor capacidade o município de Tarumirim, governado pelo DEM.

Verificou-se que o partido DEM apareceu em anos distintos com índices opostos, sendo em 2016 com maior capacidade e em 2017 com menor capacidade, em relação ao ILC.

Tendo em consideração o ILG, em 2016 o município com pior capacidade de cumprir os pagamentos de suas dívidas foi o município de Ipaba, governado pelo partido PDT, e o com maior capacidade o município de Piedade de Caratinga, esse governado pelo DEM.

No ano de 2017, identifica-se que o município que apresentou maior capacidade de cumprir os pagamentos de suas dívidas foi o município de São João do Oriente, governado pelo PMDB, e o com menor capacidade o município de Tarumirim, governado pelo partido DEM.

Desse modo, observa-se que o partido DEM foi apresentado nos dois anos analisados, em situações opostas, onde no ano de 2016 ele estava no poder do município com a maior capacidade financeira, e no ano de 2017 governou o município com menor capacidade, demonstrando inexistência de correlação entre partido e índices.

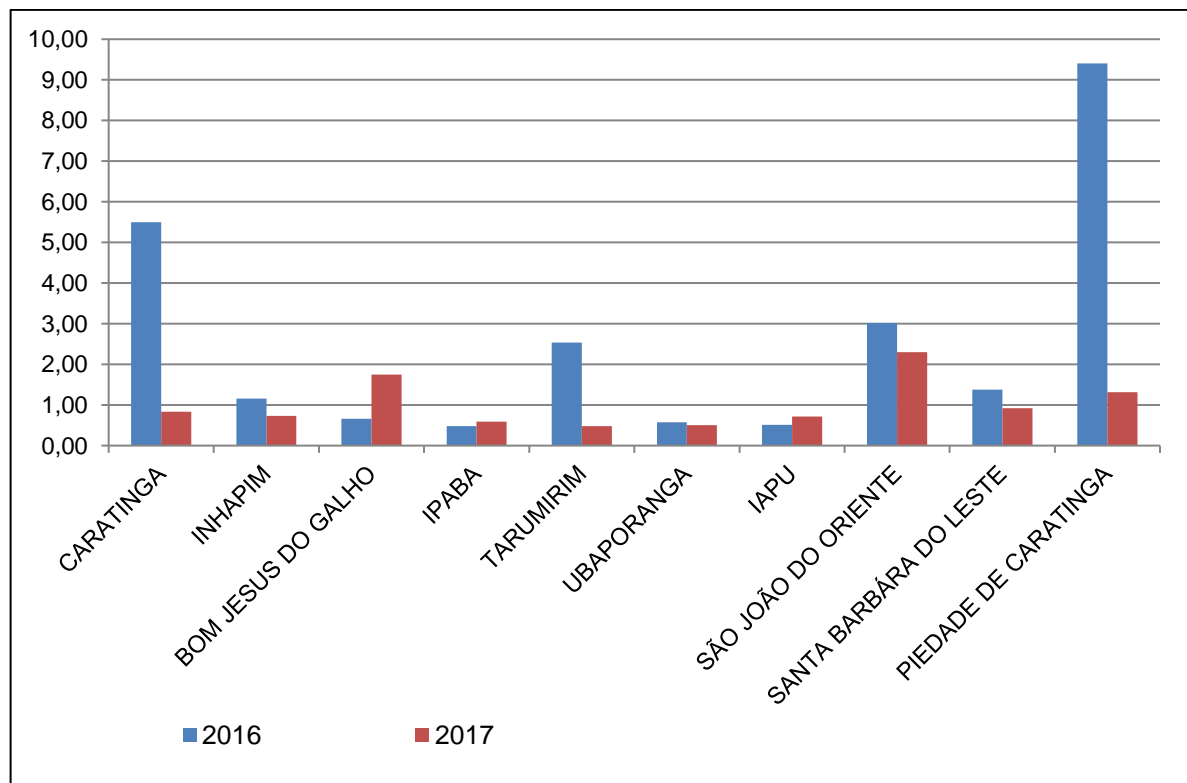
Foi possível detectar que o município de Piedade de Caratinga apareceu com índices considerados relevantes na maioria das análises realizadas, em diversas situações, governado por partidos distintos.

Desta forma, percebe-se que o município de Piedade de Caratinga possui um bom histórico referente aos índices ICE, ILC e ILG e apenas no índice IET um resultado inferior, onde foi analisado quanto do Ativo Total está sendo comprometido com as dívidas do município.

Em vista disso, identifica-se a postura dos partidos maiores e mais tradicionais, onde foi possível perceber o domínio desses em relação aos demais partidos.

Vê-se que os partidos DEM e PMDB apareceram em maior parte dos municípios, sendo apresentados tanto em índices favoráveis quanto desfavoráveis.

Gráfico 1. ILG - Índice de Liquidez Geral



Fonte: Elaboração própria.

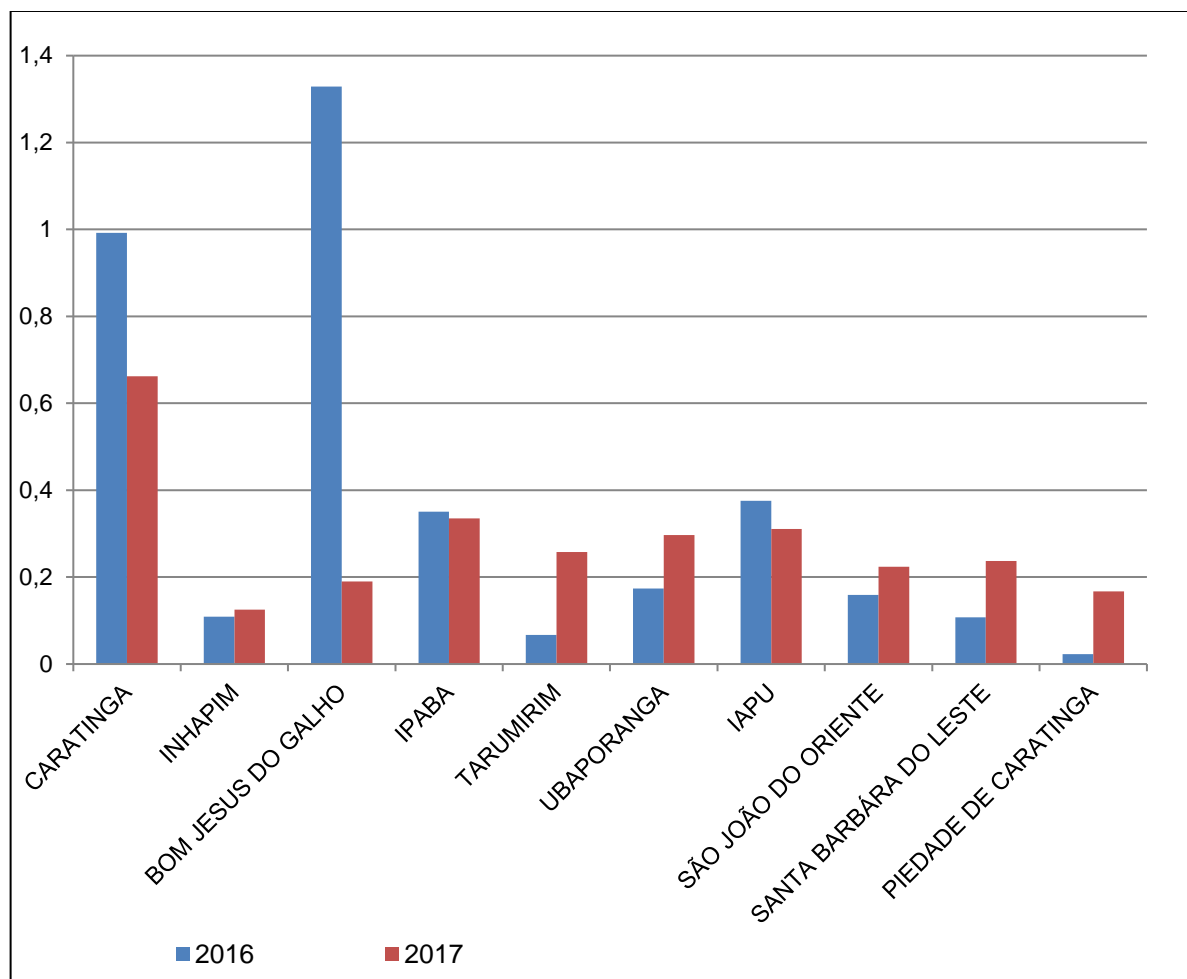
No Gráfico 1 consegue-se visualizar a comparação do Índice De Liquidez Geral dos municípios diante dos dois anos analisados.

Percebe-se que os municípios que tiveram maior oscilação de um ano para o outro foram os municípios de Caratinga, Tarumirim, e Piedade de Caratinga, chegando a uma variação de 8,0902 no município de Piedade de Caratinga.

Nota-se que tanto o município de Caratinga quanto o município de Tarumirim foram governados pelo DEM no ano de 2017, onde apresentaram um índice de liquidez menor que no ano anterior, demonstrando que esse partido pode ter influenciado no desenvolvimento dos mesmos.

Porém consegue-se identificar que o município de Piedade de Caratinga, que também apresentou uma grande oscilação quanto aos índices, foi governado pelo DEM no ano de 2016, onde apresentou um índice de liquidez melhor, comparado ao ano seguinte.

Gráfico 2. IET - Índice do Endividamento Total



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 2 apresenta o Índice De Endividamento Total dos municípios nos anos de 2016 e 2017, possibilitando a comparação dos índices em ambos governos.

Nota-se que as maiores variações dos índices são dos municípios de Caratinga, Bom Jesus do Galho, Tarumirim e Piedade de Caratinga. Chegando a uma variação 1,0, que é o caso do município de Bom Jesus do Galho, que tinha um índice de 1,2 e chegou a 0,2.

Constata-se que o município de Caratinga e Bom Jesus apresentaram maior índice de endividamento no ano de 2016, porém os partidos que estiveram no poder de ambos não são os mesmos.

Já os municípios de Tarumirim e Piedade de Caratinga apresentaram maiores índices no ano de 2017, ambos também não foram governados pelo mesmo partido.

Ainda verifica-se que no ano de 2017 o partido DEM esteve no poder dos municípios de Caratinga e Tarumirim, porém ambos apresentaram índices opostos, onde o primeiro teve um índice menor em relação ao ano anterior enquanto o segundo apresentou um índice maior, na devida comparação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou realizar uma análise dos 10 (dez) maiores municípios em nível populacional da microrregião de Caratinga, com o intuito de verificar se o índice de solvência e endividamento de cada município tem correlação com o partido político que governou naquele período.

Através das tabelas e dos gráficos apresentados, identificou-se o índice de endividamento e também o índice de solvência de cada município analisado, bem como os devidos partidos que governou naquele período, onde nota-se que o objetivo de analisar se o índice de solvência e grau de endividamento tem correlação com partido do governo de cada município, gerando influência negativa ou positiva na análise patrimonial, foi alcançado.

Diante disso, o presente trabalho buscou verificar qual a correlação dos índices de solvência e endividamento em relação aos comandos partidários. Verificou-se que por mais que os partidos tenham se repetido ao longo dos anos avaliados, não houve um partido que se sobressaiu aos demais em relação aos índices. Observa-se ainda que um mesmo partido governou municípios distintos e obteve índices opostos, não permitindo, deste modo, ver uma correlação clara entre os partidos e os índices analisados. Assim, fica evidente que os dados coletados e analisados não são suficientes para inferir que a gestão de cada partido tem influência negativa ou positiva na análise patrimonial.

Dessa forma, entende-se que para verificar se essa correlação tenha uma influência mais positiva, seria necessária uma pesquisa mais profunda, analisando as folhas de pagamentos, bem como todos os repasses feitos do Estado aos municípios, de forma individual, onde poderia permitir talvez chegar a um resultado mais concreto.

Sugere-se para estudos futuros analisar as coligações de cada partido, bem como as folhas de pagamento, para verificar se não houve superfaturamentos em relação a contratações que pudessem beneficiar os próprios partidos, além de ser viável analisar dois mandatos por completo, pois os anos em questão podem ter influenciado os índices encontrados, uma vez que foi analisado o último e o primeiro ano de um mandato.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Iracema. **Minas tem a maioria das prefeituras do país em estado de calamidade financeira.** Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/12/interna_politica,839137/mg-tem-maioria-das-cidades-do-pais-em-estado-de-calamidade-financeira.shtml.

Acesso em 14/09/2018 às 20:50.

BELLVER, A.; KAUFMANN, D. **Transparenting Transparency: Initial Empirics and Policy Applications.** The World Bank, 2005.

BEUREN, I. M.; ALMEIDA-SANTOS, P. S. **Relação entre transparência e reputação governamental/Relación entre la transparencia y la reputación del gobierno/Relationship between government transparency and reputation.** Revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad, v. 7, n. 3, p. 89, 2013.

BOLIVAR, Manuel Pedro R.; MUNOZ, Laura A.; HERNANDEZ, Antonio M. Lopez. **Determinants of financial transparency in government.** International Public Management Journal, v. 16, n. 4, p. 557-602, 2013.

CHIEZA, Rosa Angela. **O Ajuste das finanças Públicas à Lei de Responsabilidade Fiscal.** 2008, 196p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Araceli Cristina de S.; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. **Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.** Revista de Administração Pública, v. 46, n. 1, p. 153-76, 2012.

CUNHA, Douglas. **Administração Pública: uma visão ampla da administração pública direta e indireta,** (2015), disponível em <https://douglascr.jusbrasil.com.br/artigos/135764506/administracao-publica-uma->

visao-ampla-da-administracao-publica-direta-e-indireta, acesso em 31/03/2019, às 14:05.

FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. **Transparência e controle social na administração pública**. Temas de Administração Pública, v. 8, n. 1, 2013.

Filho, Geraldo Alemandro Leite, Fialho, Tânia Marta Maia. **Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros**, São Paulo, v. 20, n. 67, Jul./Dez. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, GeorgeteMedleg. **Transparência e acesso a informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras**. TransInformação, Campinas, v. 28, n. 1, p.47-57, jan./abr. 2016.

GERICK, Willson; CLEMENTE, Ademir; TAFFAREL, Marinês. **Gestão financeira e orçamentária nos municípios brasileiros de porte médio depois da LRF**. Administração de Empresas em Revista - Curitiba, 9 (10): 173-189, anual. 2010.

GIL ,Antônio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10ed. São Paulo: Harbra, 2004.

GONÇALVES, Tânia Carolina Nunes Machado e VARELLA, Marcelo D., **Os Desafios da Administração Pública na Disponibilização de Dados Sensíveis**. Revista Direito GV | São Paulo | v. 14 n. 2 | 513-536 | Maio-Ago 2018.

GRANJEIRO, J. W. **Administração pública**. 10. ed. Brasília: Vestcon, 2002.

GUADAGNIN, Ananda. **A Transparência na Gestão Pública – Uma análise da sua concretização em Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo, 2011.** Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34888/000785026.pdf?seque>. Acesso em 31/03/2019 às 18:20.

GUIMARÃES, Ailton e MOREIRA, Tito Belchior Silva. **Previsão De Insolvência: Um Modelo Baseado Em Índices Contábeis Com Utilização Da Análise Discriminante,** disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141598482008000100006&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em: 13/09/2018 às 20:40.

JESUS, Carla Rocha de, e ESTENDER, Antônio Carlos. **A governança corporativa aplicada como estratégia na gestão do endividamento público,** 2018. Revista Desafios – v. 05, n. 01, 2018.

Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm acesso em 21/03/2019.

Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm acesso em 23/03/2019.

LOPREATO, Francisco Luiz. **O endividamento dos governos estaduais nos anos 90.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 94, mar. 2000.

LUQUE, C. A. T. **Macroeconômica: evolução e Situação atual [et al].; Manual da Economia/Amauri Patrick Gremaud. [et al].;** Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. - 5º Ed. - São Paulo: Saraiva, 2004.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATARAZZO, Dante Carmine, **Análise financeira de balanços.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHAES, Roberto; PEREIRA, Jose Roberto. **Lei de Acesso a Informação: em busca da transparência e do combate a corrupção.** Informação & Informação, v. 19, n. 1, p. 55-75, 2013.

MORRIS, R. (May de 1998). **Forecast Bankruptcy - howuseful are failurepredictionmodels?** Management Accounting for Chartered Management Accountants, 76, 22-25.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e Contratos:** estudos e Comentários sobre a Lei 8.666/93 e 8.987/95, a nova modalidade do pregão, impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal. 9 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MÚÑOZ, J. (2001). **Calidad de carteradel sistema bancario y el ciclo económico: una aproximación econométrica para el caso peruano.**

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública.** São Paulo: Saraiva, 2006.

NUNES, Rui Miguel Norberto, **Insolvência no sector cerâmico,** Instituto Politécnico de Santarém Escola Superior de Gestão e Tecnologia, p. 12, 2012.

PEREIRA, César A. Guimarães. **O endividamento público na Lei de Responsabilidade Fiscal.** Revista Diálogo Jurídico, n. 10, 01/2002.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial,** 1º volume, 33º edição, revista e atualizada por Rubens Edmundo Requião, 2014.

RIBEIRO, Clarice Pereira de Paiva; ZUCCOLOTTO, Robson. **A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais.** Enfoque: Reflexão Contábil, v. 33, n. 1, p. 37-52, 2014.

ROSA, N. da S. **A lei de responsabilidade fiscal e sua aplicação na gestão pública municipal: estudo de caso no município de Feira de Santana.** 2009. 104 f. Monografia (Graduação em Administração). Universidade Estadual de Feira De

Santana. São Paulo, 2009.

SANTOS, MichellyRaianne, **Administração Pública**, disponível em <http://www.administradores.com.br/artigos/academico/administracao-publica/85587/>, acesso 30/30/2019, às 16:26.

SEARSON, Eileen M; JOHSON, Melissa A. **Transparencylawsandinteractivepublicrelations: AnanalysisofLatin American government Web sites**. PublicRelationsReview, p. 120-126, 2010.

SILVA, Isabela Fonte Boa Rosa; SOUSA, Maria da Conceição Sampaio. **Determinantes do endividamento dos Estados Brasileiros: uma análise de dados de painel**. Universidade de Brasília/departamento de Economia. Texto 259, 2002.

SILVA, L.M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SIMONASSI, Andrei Gomes, Arraes, Ronaldo de Albuquerque e, Menezes, Francisca Lívia Souza, e Araújo, Denise Xavier. **Solvência E Evolução Fiscal Das Administrações Públicas Municipais No Ceará: Uma Análise Regional**. Planejamento e políticas públicas | ppp | n. 39 | jul./dez. 2012

TRIVINOS, A. N. (1987). **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VERSIANI, Flávio Rabelo. **A dívida pública interna e sua trajetória recente**. Universidade de Brasília/departamento de Economia. Texto 284, março/2003.